



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 20/2019, em que é recorrente **António José Pires Ferreira** e recorrido o **Tribunal da Relação de Barlavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 50/2020

I – Relatório

1. **António José Pires Ferreira**, melhor identificado nos autos, não se conformando com o Despacho da Veneranda Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Barlavento que não admitiu o recurso a que deu o nome de recurso de amparo ordinário ou inominado, vem, nos termos da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), interpor o presente recurso de amparo constitucional, alegando, em síntese, que:

1.1. Tendo sido notificado da decisão que o condenou no âmbito da Ação n.º 26/2013, que correu seus termos junto do Tribunal Judicial da Comarca da Ribeira Grande, em Santo Antão, dela interpôs recurso de apelação para o Supremo Tribunal de Justiça;

1.2. Mas o recurso não foi admitido porque o valor atribuído àquela ação ficava aquém da alçada do Tribunal, atento o disposto no n.º 1 artigo 587º do Código de Processo Civil, segundo o qual “só é admissível recurso ordinário, nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre, desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior à metade da alçada deste tribunal, atendendo-se, porém, unicamente ao valor da causa, em caso de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência;”

1.3. Inconformado com o Despacho que não admitiu o recurso de apelação, dele apresentou Reclamação junto do Tribunal da Relação de Barlavento, pedindo que o mesmo fosse revogado com as legais consequências;

1.4. A sua Reclamação foi apreciada, mas considerada improcedente por uma Juíza Desembargadora, a quem, seguidamente, solicitou esclarecimento sobre as razões que terão levado a Magistrada a optar por uma decisão monocrática;

1.5. A Senhora Juíza Desembargadora respondeu-lhe através do seguinte Despacho:

“Os processos cíveis, no caso, os autos de reclamação, são autuados e distribuídos por sorteio aos Juízes deste tribunal, tendo o despacho sido proferido no âmbito do artigo 599.º do Código de Processo Civil, em vigor em Cabo Verde;”

1.6. Na sequência desse esclarecimento, reclamou para a Conferência prevista no artigo 618.º do CPC e pediu a revogação dos Despachos a que se referem os parágrafos antecedentes;

1.7. A Senhora Juíza Desembargadora que havia prestado esclarecimento ao reclamante houve por bem informar-se junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde se o Advogado Pedro Rogério Delgado estava apto para exercer a advocacia nos Tribunais;

1.8. Tendo recebido a informação de que o causídico não se encontrava com a inscrição válida e em vigor na Ordem como Advogado, decidiu que a pretensão do reclamante não podia prosseguir, porque o advogado dele não tinha a inscrição válida conforme requer a OACV, não podendo exercer a advocacia, aliás, sequer pode ter a denominação de advogado (artigos 153, n.º 1 e 154.º, n.º 1, ambos da OACV).

1.9. Notificado desse Despacho no dia 23 de julho de 2019, e, no dia seguinte, 24 de julho do mesmo ano, apresentou uma reclamação perante a Senhora Juíza Desembargadora Relatora, tendo afirmado que *“deduziu o presente recurso de amparo (inominado ou ordinário) perante V. Excia, à luz das disposições conjugadas da alínea c) do n.º1 do artigo 3.º n.º 2 do citado artigo da Lei do Amparo (e Habeas Data), em que lhe solicita a declaração da nulidade por os fundamentos estarem em oposição com a decisão e por errada aplicação do artigo_, anterior artigo 40.º. n.ºs 1. e 2, do CPC, relativa à falta e irregularidade de mandato, ao mesmo lhe concedendo amparo dos direitos fundamentais de acesso à justiça e à liberdade da profissão do seu mandatário judicial com procuração nos autos.”*

1.10. Em face dessa Reclamação, a Senhora Juíza Desembargadora Relatora decidiu nos seguintes termos: *“Devolva-se ao requerente por este Tribunal ser incompetente para julgar recurso de amparo (Cfr. art.º 7.º da Lei citada pelo requerente, a Lei do n.º 109/IV/94.”*

1.11. É, pois, contra esse Despacho que o recorrente vem interpor o presente recurso de amparo por alegada violação do direito de acesso à justiça e direito de defesa.

1.12. Termina o seu arrazoadado rogando a este Tribunal que *“declare a nulidade da douta decisão da Veneranda Juíza Desembargadora, ao abrigo do artigo 25º da Lei do Amparo; que “seja notificada a juíza Relatora Desembargadora para a apresentação de resposta, nos termos da Lei do Amparo e notificada a Bastonária da Ordem dos Advogados, para dizer o que se oferece sobre a motivação da Declaração que diz que a inscrição do advogado se acha inativa”.*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso.

Sua Excelência, o Senhor Procurador-Geral da República, emitiu o douto parecer constante de fls. 70 a 79 dos presentes autos, tendo formulado, em síntese, as seguintes conclusões:

“Por não terem sido esgotadas todas as vias de recurso, como estabelecido pelo artigo 3.º al. a) da Lei do Amparo, o presente recurso de amparo, é manifestamente inadmissível, pelo que deve ser rejeitado, nos termos do artigo 16.º n.º 1 al. d) da citada Lei.

Caso assim se não entenda, somos de parecer que deve ser outorgado o amparo à violação do direito/garantia constitucional de acesso à justiça e à defesa.

Não merece ser acolhida o pedido de amparo do direito à liberdade da profissão do advogado, na medida em que o objeto do recurso de amparo, são os direitos, liberdades

e garantias fundamentais reconhecidos nos termos da Constituição, na esfera jurídica do interveniente processual e não do seu mandatário.”

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade deste recurso, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O Recurso de amparo pode ser interposto contra atos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

2. A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, Catarina Santos Botelho, A Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

3. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Tribunal da Relação de Barlavento, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, tendo em conta as situações de inadmissibilidade do recurso de amparo previstas no artigo 16.º da Lei do Amparo, sendo a primeira a intempestividade da apresentação da petição de recurso.

O recurso não será admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo

O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º, n.º 1, da Lei do Amparo.

Todavia, em se tratando de recurso precedido de invocação e pedido de reparação da violação de direitos, liberdades e garantias nos termos do n.º 1, alínea c), do artigo 3.º, o prazo de vinte dias conta-se a partir da notificação do despacho que recuse reparar a violação praticada, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei do Amparo.

De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º, *“nos demais casos, o recurso é interposto no prazo de noventa dias contados da data do conhecimento do acto ou facto ou da recusa da prática de actos ou de factos”*.

O presente recurso vem interposto do Despacho manuscrito proferido pela Juíza Senhora Juíza Desembargadora Relatora, em 5 de agosto de 2019 e a petição de recurso deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional a 21 de agosto de 2019. Visto o disposto no n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, conjugado com o n.º 2 do artigo 137.º, aplicável ex vi do artigo 1.º da Lei do Amparo, conclui-se que o recurso foi apresentado tempestivamente.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Resulta da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de *“Recurso de Amparo Constitucional”*.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do amparo, o recorrente deverá, na sua petição de recurso,

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu à Senhora Juíza Desembargadora Relatora a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais de acesso à justiça e direito de defesa.

O impetrante, além de ter indicado com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que, na sua opinião, foram violados, mencionou expressamente a disposição constitucional onde considera que se encontram previstos esses direitos fundamentais: o artigo 22.º, n.º 1, da Constituição.

O recorrente pede que lhe seja concedido amparo para a alegada violação da liberdade de profissão do seu mandatário.

Admite-se que se tenha equivocado ao tentar indicar o parâmetro de escrutínio.

Parece que, em vez da alegada violação do direito à liberdade de profissão de advogado, que só ao seu mandatário assiste legitimidade para invocar, o que pretende é imputar ao Despacho recorrido a violação do direito à livre escolha do mandatário, que decorre do direito a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade, o que pressupõe a liberdade de escolha do advogado que o represente, conforme se extrai do n.º 3 do artigo 22.º da Constituição da República de Cabo Verde.

No entanto, o Tribunal pode, oficiosamente, adequar os parâmetros de escrutínios das condutas, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Amparo, segundo o qual “*O Tribunal pode decidir com fundamento diverso do invocado pelo recorrente e outorgar amparo distinto daquele que foi requerido.*”

Nestes termos, os parâmetros de escrutínio serão o direito de acesso à justiça, o direito de defesa e a liberdade de escolha do mandatário.

Apesar da extensa fundamentação e confusão na exposição dos factos, na formulação de conclusões e dos pedidos, o que torna muito penosa a leitura e compreensão das peças subscritas pelo recorrente, não se pode dizer que a peça seja absolutamente ininteligível.

Conforme a jurisprudência firme desta Corte, os requisitos de fundamentação previstos no artigo 8º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo, pelo que só em circunstâncias excepcionais se não admite um recurso com fundamento na inobservância desses requisitos. Aliás, em sucessivos arestos deste Tribunal, tem sido afirmado que o mais importante não é o rigor formal, mas, sim, a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Nestes termos, entende o Tribunal que essa deficiente fundamentação não compromete irremediavelmente a sua inteligibilidade nem constitui impedimento para que se prossiga com o escrutínio sobre os pressupostos que se seguem.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar ao recorrente a legitimidade para interpor o recurso de amparo contra uma decisão judicial que alegadamente viola os direitos de acesso à justiça e de obter a tutela jurisdicional efetiva e a liberdade de escolha do mandatário.

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

É chegado o momento de verificar se o recorrente requereu a reparação da alegada violação do seu direito fundamental de acesso à justiça, de obter a tutela jurisdicional, liberdade de escolha do mandatário em termos que possam ser considerados adequados.

Eis o Despacho objeto do presente recurso de amparo: *“Devolva-se ao requerente por este Tribunal ser incompetente para julgar recurso de amparo (Cfr. art.º 7.º da Lei citada pelo requerente, a Lei do n.º 109/IV/94.”*

Inconformado com a decisão recorreu imediatamente para o Tribunal Constitucional, solicitando a reparação desses direitos. Não é crível que o recorrente, sempre cioso dos seus direitos e dos mecanismos legais e constitucionais que os protegem, não se tenha lembrado de que um despacho monocrático proferido por uma Juíza Desembargadora

integrante de um Coletivo não pode significar o esgotamento do poder jurisdicional conferido legalmente ao órgão de que ela faz parte. A descrição da conduta processual do recorrente aponta para uma certa precipitação que o terá levado a interpor recurso de amparo contra um ato que não constitui o esgotamento do poder jurisdicional do órgão competente para o efeito.

A norma do Código de Processo Civil que regula esta matéria consta do artigo 618º do Código Processual Civil: “Quando a parte se considere prejudicada por qualquer despacho do relator, que não seja de mero expediente, pode requerer que sobre a matéria do despacho recaia acórdão. O relator deve submeter o caso à conferência, depois de ouvida a parte contrária, e manda o processo a vistos por quarenta e oito horas, quando se julgue necessário.”

A reclamação é um mecanismo de reação a qualquer decisão proferida por um juiz que integre um coletivo, com a finalidade de transformar uma decisão singular precária em decisão imputável ao colegiado na plenitude das suas funções.

Pois, o poder cognitivo pleno pertence ao coletivo e não ao juiz singular. Não é diferente o entendimento que se extrai da orientação constante do Acórdão nº 02/09, de 05 de maio, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça quando ainda exercia as funções do Tribunal Constitucional. Veja-se também, nesse sentido, o Acórdão n.º 4/2020, de 14 de fevereiro, proferido nos Autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 1/2020, em que foi recorrente Arlindo Teixeira e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 25, de 3 de março de 2020.

Conclui-se que o Senhor António José Pires Ferreira deveria ter reclamado dessa decisão para a Conferência do Tribunal da Relação de Barlavento porque os dois Juízes Desembargadores não se tinham pronunciado sobre a matéria em discussão e, por conseguinte, não se conhecia ainda a posição do Tribunal.

Equivale dizer que não esgotou os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.

Convém não confundir o caso em apreço com a situação analisada no Acórdão n.º 3/2019, de 24 de janeiro, publicado no BO I Série n.º 28, 13 de março de 2019, proferido nos Autos do Recurso de Amparo Constitucional n.º 4/2017, em que era recorrente Ramiro Oliveira Rodrigues e recorrido o Tribunal da Relação de Barlavento, através do qual se admitiu o recurso porque o Tribunal entendeu que seria inútil apresentar mais uma reclamação em que a posição eventualmente diferente do único Juiz Desembargador que ainda não se tinha pronunciado sobre a matéria não seria suficiente para alterar a posição dos demais juízes integrantes do Coletivo: *“É certo que o recorrente interpôs o presente recurso de amparo sem ter reclamado da decisão proferida monocraticamente em relação a uma matéria da competência do Tribunal. Parece pouco razoável exigir que, depois de ter reclamado do despacho de um Juiz integrante do Coletivo, tendo recebido a notificação do despacho que não atendeu a sua reclamação proferida pela integrante do mesmo Coletivo, apresentasse uma terceira reclamação. Mais: uma reclamação que seria apreciada por um Coletivo constituído por três Juízes, sendo dois dos quais já se tinham pronunciado pelo indeferimento. Seria praticamente inútil mais essa reclamação. De resto, este entendimento encontra-se espelhado no Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 68, de 25 de outubro de 2018.”*

Quando a reparação da violação dos direitos, liberdades e garantias não é requerida em termos legais, designadamente perante o coletivo do tribunal competente, por razões imputáveis ao interessado, não se dá por verificado o pressuposto- esgotamento das vias ordinárias de recurso-, a menos que o titular do direito tenha incorrido em erro processual induzido por uma decisão judicial firme, caso em que seria protegido pelo princípio da tutela da confiança.

No caso em apreço, não se compreende que o recorrente tenha apresentado reclamação para a Conferência de decisões interlocutórias e não o tenha feito em relação ao Despacho que potencialmente seria muito mais lesivo para os direitos, liberdade e garantias que ora invocam.

Tendo optado por interpor recurso de amparo perante o Tribunal Constitucional, quando podia reclamar perante a Conferência do Tribunal da Relação e ver a alegada violação

dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais possivelmente reparada, assumiu o risco de ver a sua opção considerada precipitada e, por conseguinte, legalmente inadequada para a tutela efetiva dos direitos e garantias alegadamente violados, principalmente porque a via legal que utilizou não se afigurava, naquele momento, necessária nem tão-pouco oportuna para se dar como preenchido o pressuposto - esgotamento prévio das vias de recurso ordinário. O esgotamento das vias de recurso ordinário como condição *sine qua non* para admissibilidade do recurso de amparo não é uma fórmula vazia ou uma mera formalidade. Trata-se de uma exigência com efeito real sobre o sistema de proteção de direitos fundamentais. Portanto, antes de se recorrer para o Tribunal Constitucional, existem outros órgãos competentes para apreciar e eventualmente conceder a devida proteção aos titulares desses direitos, nomeadamente os tribunais comuns que também são concebidos como primeiros protetores de direitos, liberdades e garantias. A verificação do esgotamento prévio das vias de recurso ordinário previstas na lei do processo não se basta com a interposição de qualquer recurso. Pelo contrário, pressupõe que o interessado faça uso das vias de impugnação legais de forma que todos os órgãos competentes possam pronunciar-se sobre as condutas alegadamente lesivas de posições jurídicas subjetivas fundamentais antes que se franqueiam as portas do Tribunal Constitucional. Como é evidente, visa-se com esse procedimento evitar a subversão do sistema de proteção de direitos fundamentais desenhado pelo legislador constitucional.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua rejeição, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A prática deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º da Lei do Amparo, bastando a ausência de um para se determinar a rejeição do recurso. Termos em que, sem que seja necessário escrutinar os demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque falta o esgotamento das vias ordinárias de recurso erigido como pressuposto insuprível, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º; do artigo 6.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

III – Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o recurso e ordenar o arquivamento dos correspondentes autos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 06 de novembro de 2020.

Registe, notifique e publique.

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 16 de dezembro de 2020.

O Secretário,

João Borges